

Programas Educacionais Com Recorte De Gênero Em Guarapari (ES): Caminhos Da Inclusão Para o Mundo Do Trabalho?

Autoria: Elisabete Corcetti, Carla Cristina Arruda Menezes, Leticia Queiroz de Carvalho, Paulo Roberto Prezotti Filho

Resumo: O campo de estudos de gênero no Brasil consolidou-se no final de 1970, no entanto, a perspectiva de gênero por políticas públicas é um tema ainda pouco explorado no país. O objetivo geral é avaliar o acesso e os resultados do Programa Mulheres Mil em Guarapari (ES). O método de pesquisa proposto é o estudo de caso com abordagem quantitativa. Foi analisada a situação socioeconômica de 84 alunas inscritas no programa e contatadas 24 mulheres das 39 egressas. Os resultados preliminares demonstram que o objetivo do programa não foi alcançado, pois apenas 1 mulher trabalha na área do curso.

Introdução

O Programa Nacional “Mulheres Mil” - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável- é reconhecido como Política Pública afirmativa, de inclusão social e equidade e foi instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, integrando também o Plano Brasil Sem Miséria. Ele articula um conjunto de ações que buscam consolidar as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. O programa propõe que mulheres moradoras de comunidades integrantes dos territórios da cidadania e/ou comunidades com baixo índice de desenvolvimento urbano tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permitam sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, economia solidária e empregabilidade.

São Instituições Parceiras do Programa: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]; Organização dos Estados Ibero-Americanos [OEI] e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [CONIF].

O programa é decorrente da cooperação internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento Para a Promoção da Equidade [PIPE] - e foi concebido e estruturado a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* Canadenses e em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e do desenvolvimento e aplicação do sistema de avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia. O programa aqui no Brasil foi iniciado em 2007, com ações focadas nas regiões norte e nordeste, totalizando 13 projetos-piloto que beneficiaram 1191 mulheres entre 2007 e 2010. Em 2013 esteve presente em 112 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica e beneficiou 10 mil brasileiras e tem a perspectiva de atingir 100 mil mulheres entre 2011 e 2014. Na segunda fase do programa foram selecionados os seguintes estados para a sua implementação: região nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte); região norte (Acre, Pará, Tocantins e Rondônia); região oeste (Brasília, Goiás e Mato Grosso); região sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro); região Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). A partir de agosto de 2013, através do ofício circular 51/2013 – DIR/SETEC/MEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego [Pronatec] passou a integrar o Programa Nacional Mulheres Mil.

O sistema contempla o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar, capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados. O programa pretende ainda, ampliar o atendimento, garantindo o direito à educação e oportunidade de melhorias de renda através de acesso ao trabalho decente. Assim, busca contribuir para a redução dos índices de miséria e pobreza do país. Os impactos esperados pelo programa são: fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres pelo acesso à educação e ao mundo do trabalho; reduzir os índices de violência doméstica e melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade; contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos Saberes adquiridos ao longo da vida.

O Instituto Federal da Paraíba [IFPB] foi um dos pioneiros na implementação do Programa Nacional Mulheres Mil. Todavia, as concretizações de várias ações inerentes ao programa vêm enfrentando dificuldades para a realização dos objetivos propostos. Alves, Vieira, Silva, Guimarães e Amâncio (2012) apontam alguns problemas identificados na implementação do mesmo no IFPB: falta de um entendimento e de capacitação em gênero

para os profissionais envolvidos no programa; falta de equipe especializada no trabalho com a economia solidária, no sentido de favorecer o ingresso no mundo do trabalho ou a oferta de formação na área para as equipes; dificuldades na infraestrutura, visto que a maioria dos *campi* ainda está em processo de implantação; impasses administrativo-financeiros limitados pelo repasse de recursos; burocracia na sua aplicação, mesmo com os esforços empreendidos pelas equipes dos *campi*; a existência de outros programas de inclusão social no Instituto, com mais incentivos financeiros e flexibilidade na execução dos recursos; e dificuldades de conciliar as demandas administrativas com o pequeno número de servidores no quadro geral dos *campi* em expansão.

De acordo com a Articulação de Mulheres Brasileiras [AMB] (2011), mudanças relevantes ocorreram no enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres entre 2003 e 2010, entretanto os Planos Nacionais de Políticas Para as Mulheres [PNPM's] não foram parte integrante do ciclo orçamentário, mas sim um instrumento paralelo, que tentou criar vínculos com o planejamento das políticas públicas e o orçamento político, mas que encontrou muitas dificuldades. A AMB observa que são poucos os vínculos entre o PNPM e o Plano Plurianual [PPA]. Por sua vez, as políticas sociais relacionadas à qualificação social e profissional, apesar das decisões e compromissos assumidos no II PNPM, não conseguem ainda engendrar mudanças em termos de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Diante desse cenário, o objetivo do artigo é avaliar o acesso e os resultados de ações do Programa Nacional Mulheres Mil em Guarapari (ES). Esse artigo é apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPQ] e pelo MDS, e é fruto de uma pesquisa preliminar que será realizada em mais 8 cidades do Estado do Espírito Santo.

Políticas públicas

Os últimos anos registraram o avanço da importância do campo de conhecimento das políticas públicas, assim como das instituições, regras, modelos que orientam suas decisões, elaborações, implementações e avaliações. Vários fatores contribuíram para a ascensão dessa área em países como o Brasil: a adoção de políticas públicas restritivas de gastos, novas abordagens sobre o papel do governo substituíram as políticas keynsianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos e a maioria dos países não conseguiu engendrar coalizões políticas capazes de resolver a questão de como arquitetar políticas públicas capazes de alavancar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social dos cidadãos (Souza, 2007).

A política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos da América sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, dando ênfase nos estudos sobre as ações dos governos (Souza, 2007). Existem várias definições sobre o que sejam políticas públicas. Pressman and Wildavsky (1973) tratam a política como um conjunto de declarações de metas e objetivos. Nesse sentido, a política significa o objetivo de sua realização. Para Peters (2007), a política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de agentes, e que influenciam as vidas dos cidadãos. Kingdon (2003) argumenta que a elaboração de políticas públicas pode ser considerada como um conjunto de processos que incluem pelo menos 4 fatores: a definição da agenda, a especificação de alternativas para a formulação de políticas públicas nas quais as escolhas serão realizadas, a escolha que prevalece entre as alternativas especificadas e a implementação da decisão.

Já as pesquisas sobre implementação tornaram-se emergentes a partir de 1970. Hargrove (1975) escreveu o “*Missing Link*” no estudo de processos políticos e Pressman and Wildavsky (1973) influenciaram o subcampo com a publicação de “*Implementation*” (Hill &

Hupe, 2002). A maioria dos estudiosos no subcampo da implementação (O'Toole, 1986, Sabatier, 1986, McLaughling, 1987, Van Horn, 1987 & Goggin *et al*, 1990), descreve um cenário similar do trabalho passado e sugerem caminhos similares para os estudos futuros (Matland, 1995).

Segundo Pressman and Wildavsky (1973), as políticas tornam-se programas quando, através de ações das autoridades governamentais, as condições iniciais para a implementação são criadas. Implementação, então, é a capacidade de estabelecer ligações subsequentes na cadeia causal, de modo que se obtenham os resultados desejados. Uma vez que os recursos estejam empenhados, a legislação tenha sido aprovada e os acordos locais tenham sido acertados, a tarefa é construir os meios para que as propostas de políticas não sejam abortadas. A política, para os mesmos autores, é tratada como uma declaração de metas e objetivos. Para Mazmanian and Sabatier (1983, como citado em Hill & Hupe, 2002), a implementação é o cumprimento de uma decisão política básica, geralmente proveniente de leis, mas que também pode assumir a forma de ordens executivas ou decisões judiciais. Idealmente, esta decisão identifica o problema a ser resolvido, estipula os objetivos a serem alcançados e numa variedade de formas, estrutura o processo de implementação.

Todavia, durante muitos anos a produção do conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público esteve mais voltada para os processos de formulação de políticas e programas governamentais do que para os relacionados a sua implementação e avaliação. Em muitos países, essa situação começou a ser alterada após as reformas do Estado, que trouxe em seu bojo um novo desafio: fazê-lo funcionar melhor, entretanto, com um custo menor. Uma vez que o poder público passou a delegar às agências autônomas e às empresas privadas a execução de seus serviços, cresceu a necessidade de avaliação (Costa & Castanhar, 2003).

A avaliação de políticas públicas é apresentada muitas vezes como a última etapa do ciclo das políticas e considerada como atividade destinada a averiguar os resultados de um curso de ações cujo ciclo de vida se finaliza, a fornecer elementos para a arquitetura de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso, e ainda, como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes públicos, ou seja, como elemento central da *accountability* (Faria, 2005).

Worthen, Sanders and Fitzpatrick (1997) utilizam o conceito de avaliação proposto por Scriven (1967), que definiu a avaliação como julgamento de valor ou mérito de alguma coisa. Para os autores, ela é a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios sustentáveis para determinar o valor de um objeto de avaliação (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou o significado em relação a esses critérios.

A avaliação de políticas e programas públicos teve seu auge nos Estados Unidos na década de 1960 e era vista principalmente como ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e agentes de alto escalão (perspectiva *top-down*). Entre as décadas de 1960 e 1990, a função predominante da avaliação passou da informação para a realocação racional dos recursos, enfatizando os resultados e a desresponsabilização, a devolução e a privatização da provisão de bens e serviços sociais. Segundo Faria (2005), foi na década de 1990 que a avaliação foi institucionalizada na América Latina, acentuadamente com um viés normativo. No Brasil, a análise de políticas públicas é ainda incipiente, apesar dos avanços, e com prevalência da perspectiva gerencialista.

Mas por que avaliar? Para Worthen, Sanders and Fitzpatrick (1997), o objetivo da avaliação é estabelecer julgamentos sobre o valor de tudo que está sendo avaliado. Para eles, o principal propósito é determinar o mérito ou valor de alguma coisa (na avaliação do programa, do programa ou parte dele).

Weiss (1998) distingue pelo menos quatro tipos de uso da avaliação: o uso instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para esclarecimento. Segunda a

mesma autora, no início a tendência da avaliação era envolver apenas gerentes e encarregados de mais alto escalão, técnicos e profissionais do programa na definição do estudo de avaliação, porém nos últimos anos, é cada vez mais frequentes relatos de avaliações participativas e de empoderamento dos beneficiários. A avaliação começou a levar em consideração, de maneira mais sistemática, às necessidades e as expectativas dos beneficiários dos programas.

Políticas públicas com recorte de gênero

Nos últimos anos as mulheres obtiveram ganhos significativos em direitos, educação e saúde, em acessos a empregos e meios de subsistência, entretanto, o processo não tem acontecido facilmente e de maneira uniforme para todos os países ou para todas as mulheres. A taxa de mortalidade entre mulheres em relação aos homens é mais alta nos países de baixa e média renda em comparação aos países de alta renda. As mulheres continuam ocupando setores caracterizados como “femininos” e mal remunerados. As mulheres também têm uma maior probabilidade de serem vítimas da violência doméstica e, em quase todos os países, a representação das mulheres na política e nos cargos de alta gerência em empresas continua inferior aos homens. Para as mulheres pobres e muito pobres ainda existem lacunas consideráveis de gênero, e esses hiatos, em termos de ganhos e produtividade, persistem em todas as atividades econômicas, seja na agricultura, no emprego assalariado ou no empreendedorismo (Banco Mundial, 2012).

Bruschini (2008) observa os contrastes da situação das mulheres no mercado de trabalho atualmente: de um lado, o aumento constante da participação feminina, de outro, o grande desemprego de mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; aqui, a conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio para as mulheres escolarizadas, e ali, a prevalência do trabalho feminino em atividades precárias e informais. O perfil das mulheres vem sendo alterado nos últimos anos: elas se tornaram mais velhas, casadas e voltadas tanto para o trabalho, quanto para a família. Porém, ainda persistem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares. Segundo Bruschini (2008), o que indica a continuidade de modelos tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, em virtude do tempo consumido nos cuidados com os filhos pequenos e tarefas domésticas. Essa situação não é específica de países em desenvolvimento, tanto na Europa como nos Estados Unidos existem versões modernas da divisão do trabalho tradicional: homens e mulheres participam do mercado de trabalho, todavia, as mulheres continuam especialistas no trabalho doméstico.

Para Segnini (2000), a precariedade no trabalho é um processo social que atinge homens e mulheres no mercado de trabalho atualmente; todavia, as mulheres já estavam em maior número nas ocupações precárias e ainda presenciam taxas maiores de informalidade e precariedade, apesar dos indicadores de escolaridades mais elevados. Rivasi e Sofer (2008) concluem que as mulheres adquiriram certa autonomia econômica, mas ela é ainda relativa. Para Lisboa e Manfrini (2005), os principais desafios às mulheres pobres no Brasil referem-se à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, à moradia (saneamento básico, educação, saúde e segurança) e à luta contra a discriminação salarial.

Apesar das dificuldades, a partir da declaração dos direitos da mulher, de Olympe de Gouges, até os dias atuais, já houve no Brasil muitas conquistas em relação à cidadania feminina e a implementação de políticas públicas de gênero. Inicialmente, pela conquista do direito ao voto e, recentemente, com a Constituição de 1988, que incorporou pontos fundamentais aos direitos políticos, sociais, sexuais e reprodutivos da mulher. O movimento feminista teve e tem papel fundamental nestas conquistas (Lisboa & Manfrini, 2005); ele auxiliou na inclusão da questão de gênero na agenda pública e sob o seu impacto, na década

de 1980, foram implementadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero (Farah, 2004).

Atualmente, com base na plataforma de ação definida na Conferência Mundial em Beijing, em 1995, e na trajetória do movimento de mulheres no Brasil, constituiu-se no país uma agenda relacionada às questões de gênero. Nessa agenda, foram formuladas diversas diretrizes no campo de políticas públicas relacionadas à violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de empregos e rendas, educação, trabalho, infraestrutura urbana e social, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade), acesso ao poder político e Empoderamento (Farah, 2004). A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aponta para a implementação de projetos específicos voltados às mulheres, que tenham a capacidade de responder a singularidade da situação das mulheres e a necessidade de desenvolver medidas de discriminação positiva para neutralizar as dificuldades iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham (Lisboa & Manfrini, 2005).

Stromquist (1996) classifica as políticas públicas de gênero em três tipos de legislação: leis de coerção: demandadas para prevenção em casos de ocorrer ou continuar ocorrendo qualquer discriminação sexual (Exemplo: Lei Maria da Penha); leis de apoio: criadoras de organismos para desenvolver ou acompanhar a implementação de novas práticas (Exemplo: Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres – SPP); leis de construção: promotoras de incentivos às novas práticas nas instituições educacionais, ligadas ao desenvolvimento de programas e cursos, treinamento de professores-professoras, maior número de bolsas de estudo para mulheres.

Entretanto, para Silveira (2003), é necessário indagar o modo como as políticas são construídas e a quem beneficiam, pois elas não são neutras. É preciso também observar a lógica tradicional do Estado que muitas vezes envereda para a fragmentação das ações. Para Lisboa e Manfrini (2005), as políticas de gênero e as políticas específicas às famílias chefiadas por mulheres necessitam de ações em três eixos: capacitação dos profissionais e técnicos que trabalham com políticas públicas com recorte em gênero; atenção à transversalidade da questão de gênero nas diversas políticas públicas; políticas específicas de gênero, através de programas e projetos específicos às mulheres, que possam responder à particularidade da sua situação e à necessidade de desenvolver ações de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham.

Metodologia

A fim de atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo de caso com abordagem quantitativa. Optou-se por questionários fechados como instrumentos da pesquisa quantitativa e análise de documentos e registros em arquivos. Segundo Yin (2001) há seis fontes de evidências: a documentação, os registros em arquivos, as entrevistas, a observação direta, a observação participante e os artefatos físicos. Nenhuma das fontes possui uma vantagem discutível sobre as outras, sendo que todas se complementam. Um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes. O presente estudo de caso utilizou as seguintes fontes de evidências:

Documentação: Realizada através de estudos ou avaliações formais dos locais investigados, bem como recortes de jornais e outros artigos publicados na mídia. “Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes” (Yin, 2001, p. 109). Devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel óbvio em qualquer coleta de dados. Ao se realizar estudos de caso, buscas

sistemáticas por documentos relevantes são importantes em qualquer planejamento para a coleta. Esse trabalho utilizou o projeto do Programa Nacional de Mulheres Mil e os arquivos gerados pela implementação do programa no campus Guarapari do Instituto Federal do Espírito Santo [IFES], como relatórios de acompanhamento das atividades do campus, relatórios de levantamentos socioeconômicos, relatórios finais do campus e análise do rendimento e permanência das alunas.

Registros em arquivo: Eles podem ser encontrados como registros de serviço, registros organizacionais, mapas e tabelas das características geográficas de um lugar, listas de nomes e de outros itens importantes, dados oriundos de levantamentos e registros pessoais (Yin, 2001). Esse estudo utilizou as informações e relatórios gerados pelo Sistema acadêmico do IFES como relação de alunas matriculadas, frequências das alunas, evasão, estrutura curricular dos cursos.

Também foi utilizado como instrumento de coleta de dados o **questionário** fechado. Lavelle e Dionne (1999) comentam que para saber a opinião sobre a escolha de uma sociedade, bem como manter programas sociais, é necessário interrogá-la. O questionário tem essa função e sua vantagem é a economia no uso dos recursos disponibilizados e o alcance rápido e simultâneo de um grande número de pessoas. O questionário de avaliação socioeconômica foi aplicado a 84 alunas em agosto de 2012 e o questionário de verificação de situação empregatícia e continuidade dos estudos foi aplicado a 24 mulheres em abril de 2014, das 39 que finalizaram o programa. O questionário foi aplicado pelo telefone e houve a tentativa de contatar todas as 39 mulheres egressas, entretanto, 24 mulheres responderam ao questionário. As seguintes informações foram levantadas no perfil socioeconômico das alunas: escolaridade, idade, renda familiar, etnia, estado civil, situação empregatícia, condições de habilitação, tipo de habilitação, condições de habitação, noções de informática, recebimento do Programa Bolsa Família. Para o questionário aplicado nas egressas foram abordadas as seguintes questões: se está trabalhando atualmente, condição empregatícia, se está trabalhando na área do curso, função, se está estudando.

A análise dos dados foi realizada através de estatística descritiva simples para realização dos testes estatísticos da pesquisa quantitativa.

Resultados

Guarapari atualmente é uma cidade com aproximadamente 105.286 mil habitantes. O município é nacionalmente conhecido como o balneário que possui as areias monazíticas. Guarapari, assim como várias outras cidades litorâneas, originalmente formada por uma vila indígena, se configurou inicialmente em um dos balneários mais importantes do país. Mas, em decorrência de mudanças sociais e econômicas provenientes da expansão imobiliária e do trabalho temporário oportunizado pelo turismo, se transformou em uma cidade que cresceu rápida e desordenadamente. O aumento populacional ocasionado pela migração de pessoas predominantemente do sul da Bahia e norte e nordeste de Minas Gerais em busca de empregos, e contrastando com poucas alternativas de se conseguir um labor estável fora da temporada do turismo, propiciou o surgimento de inúmeros problemas sociais oriundos da falta de rentabilidade familiar e da infraestrutura municipal.

Dados do Centro de Referência da Assistência Social e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde da cidade de Guarapari (2012) revelam a existência de vários bairros e localidades com altos índices de vulnerabilidades sociais como: São Gabriel, São José, Camurugi, Bela Vista, Lagoa funda, Tartaruga e Adalberto Simão Nader. Vale destacar que os

bairros Adalberto Simão Nader e Tartaruga estão situados em locais muito próximos ao Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari.

Entre os bairros supracitados podemos exemplificar a história do bairro Adalberto Simão Nader, que surgiu na década de 1980, produto da realocação de ocupação desordenada ocorrida em Guarapari. Na época, o então prefeito Graciano Espíndula, preocupado com a ocupação desordenada de uma área, desapropriou terras próximas ao Centro de Convenções de Guarapari, dividindo em lotes, com traçados de ruas e separação de área para a prática esportiva e escola. O Bairro Adalberto Simão Nader tem em sua população 5.273 pessoas (tabela1) que são constituídas por 1502 famílias. O bairro foi escolhido para participar das primeiras turmas do Programa Mulheres Mil em Guarapari por que faz parte do entorno do Ifes.

O Programa Mulheres Mil no município de Guarapari (ES) teve início em setembro de 2012 e contou com a parceira das seguintes instituições: Associação Crescer com Viver; CRAS – São José; Companhia Siderúrgica de UBU [CSU]; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial [SENAC]. Ele ofereceu os cursos de garçoneiro, camareira e secretariado a 95 mulheres matriculadas no programa. Dessas, 84 mulheres iniciaram os cursos.

Além do módulo técnico, foram oferecidas disciplinas na área de informática, português, matemática financeira, saúde, cidadania, artes, desenvolvimento pessoal e relacionamento, mapa da vida, empreendedorismo e inglês, totalizando 200 horas para os cursos de garçoneiro e camareira e 170 horas para o curso de secretariado. Como a abordagem é multidisciplinar, fizeram parte da equipe do programa: enfermeiros, assistentes sociais, pedagogos, professores, médicos, técnicos em informática e bibliotecários. O orçamento disponibilizado para investir em equipamentos, materiais de consumo, auxílio financeiro ao estudante e outros serviços terceiros – pessoa jurídica foi de R\$ 100.000,00. A Associação Crescer com Viver indicou as mulheres e com base no levantamento do perfil socioeconômico foram selecionadas 95 mulheres que se matricularam nos cursos no segundo semestre de 2012. Os dados analisados do perfil socioeconômico são de 84 mulheres que iniciaram o programa em 2012, e os dados da situação empregatícia atual, função atual e continuidade dos estudos são de 24 mulheres contatadas em abril de 2014.

Observa-se na Figura 1, que 50% das mulheres pesquisadas não tinham ensino fundamental completo. A escolaridade pode influenciar na possibilidade de conseguir um emprego formal, já que a média da escolaridade das mulheres no mercado informal da região sudeste é de 7,7 anos de estudos, em contrapartida, a escolaridade das mulheres no mercado formal da região sudeste é de 9,4 anos (IBGE, 2011).

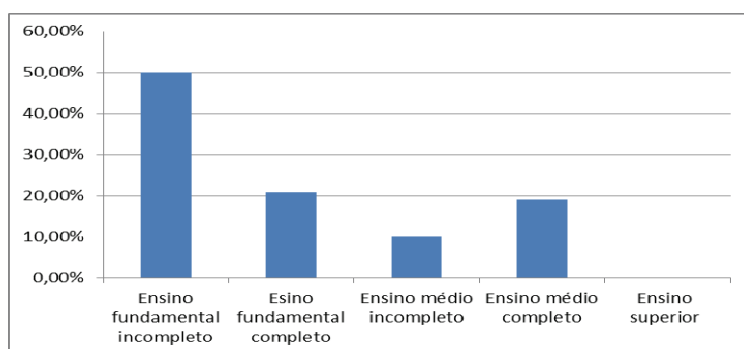


Figura 1. Escolaridade

Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

Observa-se na Figura 2, que 42% das mulheres pesquisadas tinham entre 23 e 30 anos e 25% então entre 31 e 40 anos. Segundo dados do IBGE (2011), em todos os grupos etários de mulheres a taxa de ocupação aumentou entre os anos de 1999 e 2009, porém observa-se que 74% das mulheres pesquisadas estavam desempregadas (Figura 3).

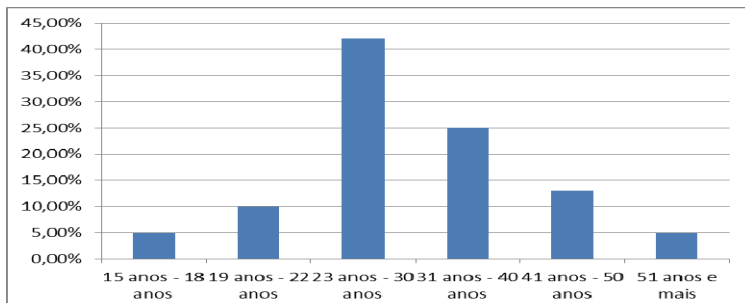


Figura 2. Idade

Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

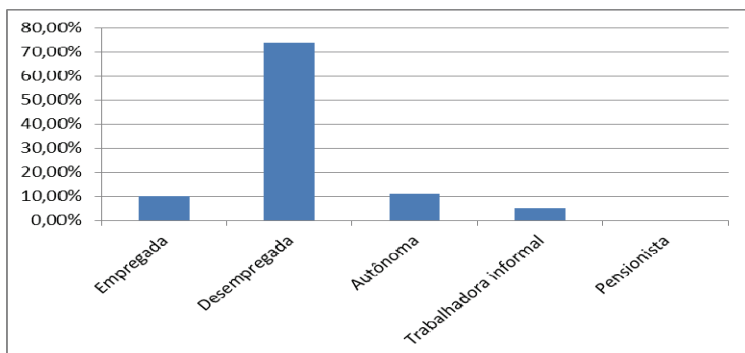


Figura 3. Situação empregatícia na época do programa

Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

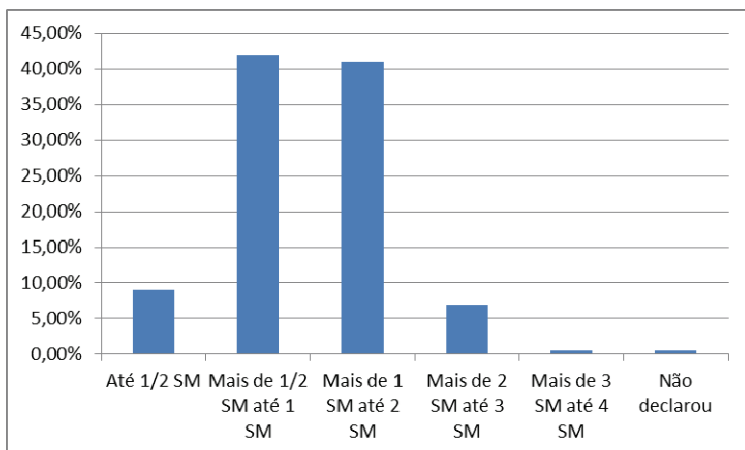


Figura 4. Renda familiar

Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

Observa-se que 42% das mulheres pesquisadas tinham a renda familiar entre 0,5 salários e 1 salário mínimo, e 41% tinham a renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, conforme Figura 4. Apesar da baixa renda, 75% das mulheres pesquisadas não recebiam o benefício bolsa família, conforme Figura 5.

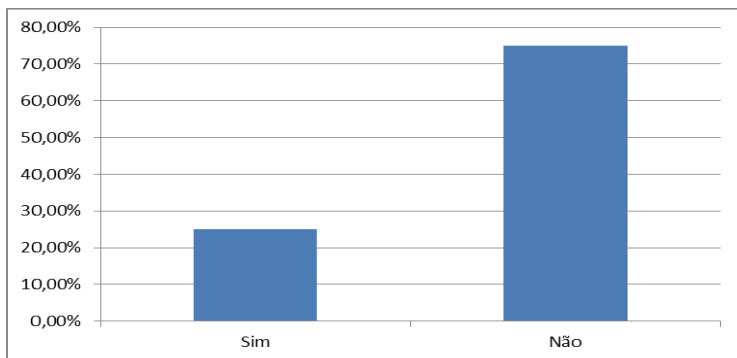


Figura 5. Recebimento do benefício bolsa família
Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

Observa-se na Figura 6, que 80% das mulheres pesquisadas são negras ou pardas. Segundo dados do IBGE (2011), as mulheres negras e pardas estão mais no mercado informal que as mulheres brancas. Enquanto 44% das mulheres brancas estão no mercado informal, 54,1 % das mulheres negras e 60% das mulheres pardas estão na informalidade.

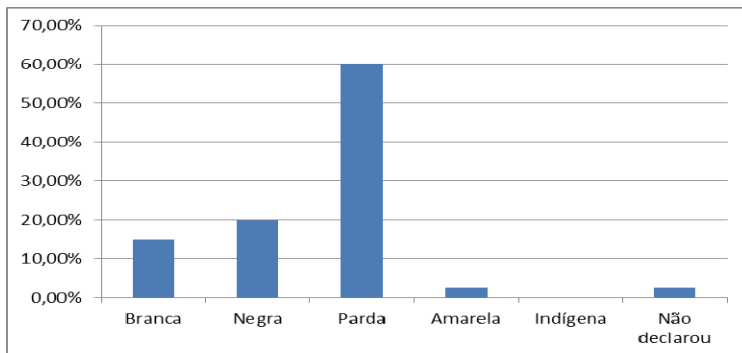


Figura 6. Raça (Etnia)
Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

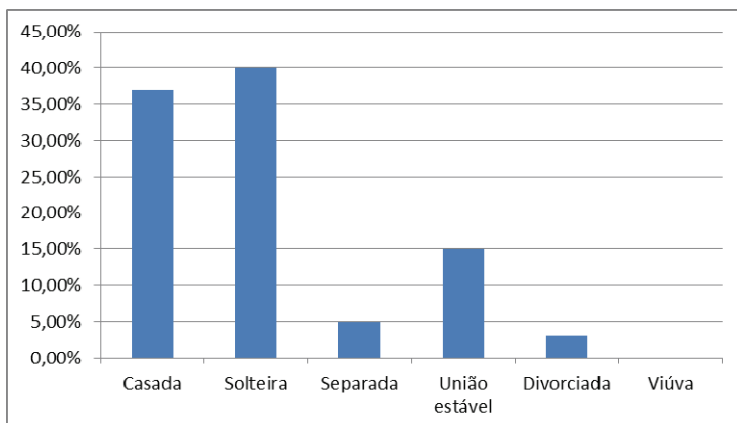


Figura 7. Estado civil
Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

De acordo com a Figura 7, 37% das mulheres pesquisadas eram casadas e 40% eram solteiras. 95% delas residiam em casa de tijolo (Figura 8), porém 59% das mulheres tinham casa própria, 22% residiam em casas alugadas e 16% moravam em casas cedidas. Observa-se que apenas 1,5% das mulheres tinham casas financiadas (Figura 9). O alto índice de casa

própria deve-se ao fato que a prefeitura de Guarapari doou os terrenos para que a população do bairro construísse suas casas.

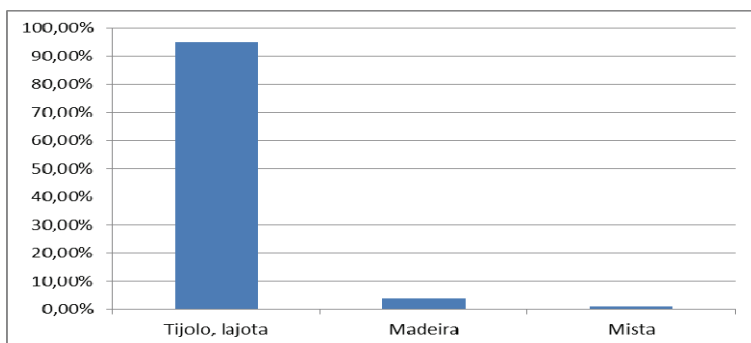


Figura 8. Condições de habitação- Tipo de habitação
Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

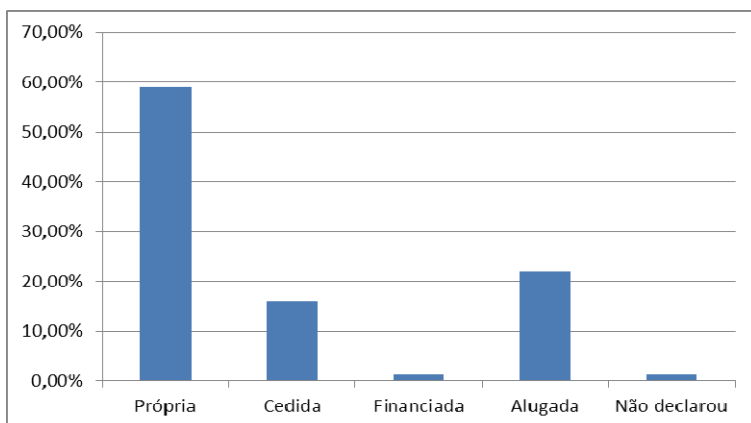


Figura 9. Condições de habitação- Natureza do vínculo
Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

Observa-se na Figura 10 que, 64% das mulheres pesquisadas declararam possuir algumas noções de informática e 36% não possuíam qualquer conhecimento de informática. Cada vez mais o mercado de trabalho exige conhecimentos de informática, a baixa escolaridade e o pouco conhecimento de informática podem estar relacionadas com a dificuldade de acesso ao emprego formal.

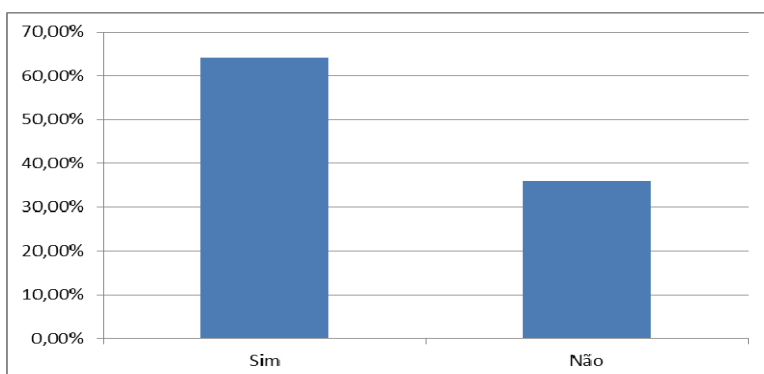


Figura 10. Noções de informática
Fonte: Assistência social do Ifes Campus Guarapari (2012)

Das 84 mulheres que iniciaram o programa, apenas 39 terminaram os cursos. Dessas, 24 mulheres foram contatas e 13 mulheres estão trabalhando e 11 estão desempregadas, conforme Figura 11.

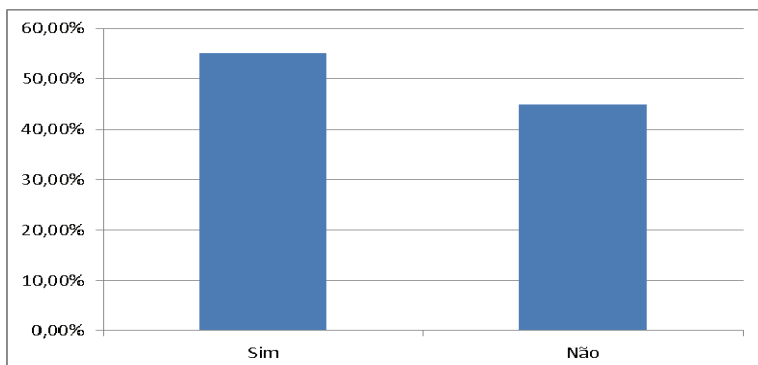


Figura 11. Mulheres egressas que estão trabalhando
Fonte: Autores (2014)

Das mulheres contatas e que estão trabalhando, 7 mulheres têm carteira assinada e 6 mulheres trabalham como autônomas, conforme Figura 12. Das mulheres que estão trabalhando com carteira assinada, 4 estavam empregadas na época dos cursos e 3 mulheres estavam desempregadas, mas apenas uma mulher trabalha na área que fez o curso, conforme figura 13. As funções exercidas pelas mulheres que estão empregadas com carteira assinada são: secretária, guia de turismo, recepcionista, empregada doméstica, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de serviços escolares e caseira. Das mulheres que estão trabalhando como autônomas, 5 mulheres estavam desempregadas na época do programa e atualmente trabalham como vendedora de praia, costureira, diarista e revendedoras de cosméticos. Pode-se notar que o programa empurrou essas mulheres que atualmente trabalham como autônomas, mas que estavam desempregadas na época, para a economia informal.

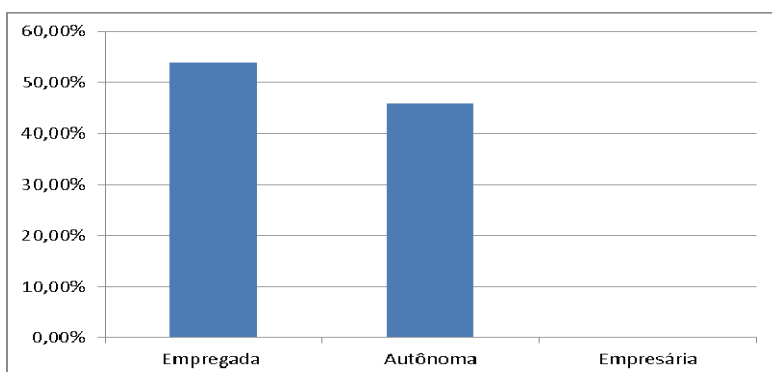


Figura 12. Situação empregatícia em 2014
Fonte: Autores (2014)

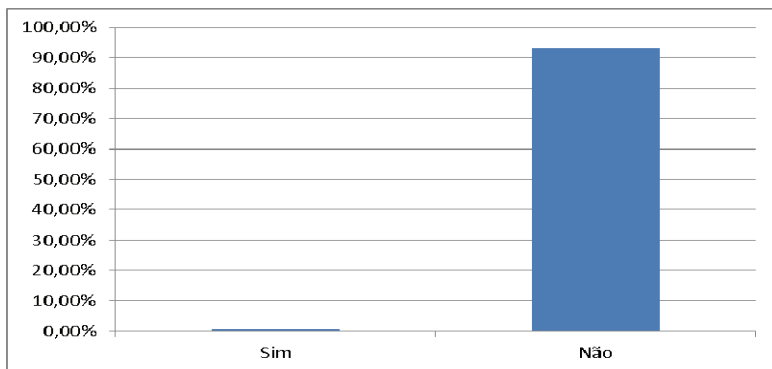


Figura 13. Se trabalham atualmente na área do curso

Fonte: Autores (2014)

Das 24 mulheres contatadas, apenas 10 mulheres estão estudando, ou seja, mesmo após o programa, a maioria das mulheres ainda não despertou o interesse pela continuidade dos estudos, conforme Figura 14.

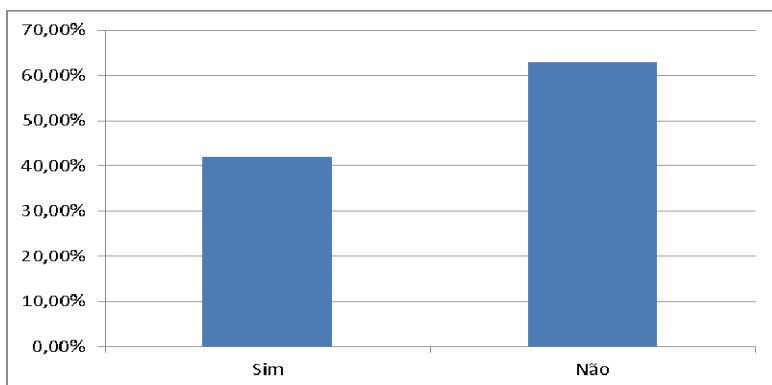


Figura 14. Continuidade dos estudos

Fonte: Autores (2014)

Considerações finais

Percebe-se que o programa tem objetivos claros e almeja reduzir a pobreza e incluir as mulheres com risco de vulnerabilidade ao mercado de trabalho e assim, produzir renda e aumentar a autonomia dessas mulheres. Porém, corre-se o risco de as políticas públicas de gênero continuarem sendo orientadas, na sua maioria, às mulheres de baixa renda da área urbana e rural, com o objetivo de que elas possam aperfeiçoar suas habilidades na costura, na nutrição, na saúde, no planejamento familiar e no artesanato e para que seus filhos possam ter melhores oportunidades de vida. Segundo Stromquist (1996), esses enfoques muitas vezes incidem na promoção do bem estar social para a maioria das mulheres carentes envolvidas no programa, mas não oportunizam autonomia, nem a estas, nem as mulheres como um grupo. Percebe-se que programa pode ainda não ser capaz de alterar as estruturas de poder e não despertar nesses grupos (principalmente entre as mulheres negras) novos entendimentos e visões sociais.

O Programa Mulheres Mil em Guarapari não atingiu plenamente seus objetivos de incluir produtivamente, pois apenas 1 mulher contatada está trabalhando na área do curso realizado, que é o de secretariado. As demais estão trabalhando em funções que ainda exigem pouca escolaridade e pagam na sua maioria apenas um salário mínimo. Outras estão trabalhando como autônomas, porém têm renda esporádica e não têm nenhuma proteção

social, pois não colaboram com a previdência social. O programa ainda não foi capaz de despertar o desejo de empreender, e apesar das egressas terem tido informações sobre o microempreendedor individual, nenhuma das autônomas se interessou pelo incentivo. Também não formaram e nem se associaram a nenhuma cooperativa.

Nota-se também que a evasão do programa foi grande, pois das 84 que iniciaram o programa, apenas 39 mulheres o concluíram. Grande parte dessa evasão se deve ao fato de que o programa atravessou a alta temporada da cidade, que é o verão, e muitas mulheres na época abandonaram o programa na busca de trabalho temporário. Diante dos resultados preliminares, é importante refletir de que modo o programa no futuro poderá efetivamente melhorar as condições de vida das mulheres envolvidas no programa, assim como, estimular a economia solidária, as práticas empreendedoras, cooperativistas e associativistas.

Percebe-se que com a coleta e análise dos dados qualitativos, haverá a possibilidade de verificarmos a aplicação da metodologia de acesso, permanência e êxito do programa, além de avaliar como as articulações e distribuições do poder entre as organizações sociais, governo e rede de mulheres são organizadas. Também será interessante verificar se os saberes e competências anteriores das mulheres estão sendo valorizadas.

Referências

- Alves, S. C. S., Vieira, G. L., Silva, K. S. N., Guimarães, V. M. G. & Amâncio, I. N. (2012). Perspectivas e desafios: o programa mulheres mil no Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB. *VII CONNEPI*, Palmas TO.
- Articulação de mulheres brasileiras [AMB] (2011). Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. *Secretaria Executiva da AMB - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília : CFEMEA*.
- Banco mundial (2011). Relatório sobre o desenvolvimento mundial de igualdade de gênero e desenvolvimento. *The International Bank for Reconstruction and Development*, Washington D.C.
- Bruschini, C., Ricoldi, A. M., Mercado, C. M. (2008). Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: Costa, A. O., Sorj, B., Bruschini, C., Hirata, H. (Orgs). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Costa, F. L., Castanhar, J.C. (2008, setembro, outubro). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5. Recuperado em 14 de setembro, 2013, de <http://www.scielo.br/scielo.php>.
- Farah, M. F. S. (2004, abril). Gênero e políticas públicas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1. Recuperado em 04 de agosto, 2013, de <http://www.scielo.br/scielo.php>.
- Faria, C. A. P. (2005, outubro). A política de avaliação de políticas públicas. *RBCS*, Campinas, v.20 (59), p. 13-36.
- Hill, M. & Hupe, P. (2002). *Implementing public policy: an introduction to the study of operation*. London: Sage Publications Ltda.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)*.

- Kingdon, J. (2003). *Agendas, Alternatives and Public Policy*. 2.ed. New York: Longam.
- Lisboa, T. K. & Manfrini, D. B. (2005, janeiro, fevereiro). Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. *Katálisis*. Florianópolis, SC, V. 8 (1).
- Matland, R. E. (1995, April). Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. *Journal of Public Administration*, Houston, v. 5 (2). p. 145-174.
- Peters, B. G. (2007). *American Public Policy: promise and performance*. Chatham, N.J.: Chatham House. 7th ed.
- Pressman, J. & Wildavsky, A. (1973). *Implementation*. Berkeley: University of California Press.
- Primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (2004). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Rivasi, S. S. & Sofer, C. (2008). Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, A. O.; SORJ, B. BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (2004). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Segnini, L. R. P. (2000, junho). Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo Perspec.*, São Paulo , v. 14, n. 2. Recuperado em 14 de setembro, 2013, de <http://www.scielo.br/scielo.php>.
- Silveira, M. L. (2003). *Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade*. URBIS 2003: Congresso Internacional de Cidades. Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher no Nível Municipal: o Governo da Cidade do ponto de vista das mulheres – Trabalho e Cidadania Ativa. São Paulo, Anhembi, 22 e 23 de julho.
- Souza, C. (2007). Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86.
- Stromquist, N. P. (1996, janeiro, fevereiro, março, abril). Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. *Revista Brasileira de Educação*, nº 1.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Weiss, C. H (1998). Have we learned anything new about the use of evaluation ? *American journal of evaluation*, v. 19(1), p. 21-33.
- Worthen, B., Sandes, J. R. & Fitzpatrick, J. L. (1997). *Program evaluation: alternative approaches and practical guidelines*. 2nd ed. New York: Addison Wesley Longman.